

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 2.491, DE 2025

Institui o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas (SINAERP), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Fica instituído o Sistema Nacional de Empreendedorismo nas Regiões Periféricas – SINAERP, com o objetivo de fomentar, qualificar e integrar políticas públicas voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo em áreas periféricas urbanas, comunidades vulneráveis e regiões de baixa densidade econômica, com ênfase nas Regiões Norte e Nordeste.

Art. 2º São diretrizes do SINAERP:

I – Priorização de financiamento para empreendimentos que apresentem planos de geração de empregos e inclusão produtiva local, especialmente com:

- a) Contratação de mulheres chefes de família;
- b) Inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade decorrente de abandono, afastamento familiar ou acolhimento institucional;
- c) Contratação de migrantes e refugiados em regiões de intensa movimentação populacional, como instrumento de mitigação da pobreza e prevenção da criminalidade.

II - Oferta gratuita, com apoio do Sebrae e de instituições de ensino superior públicas e comunitárias, de pesquisas de mercado locais e formação continuada para os empreendedores beneficiados;

III – Vinculação, sempre que possível, dos empreendimentos apoiados a mecanismos de incubação, parques tecnológicos, arranjos



produtivos locais e redes de inovação social;

IV – Assegurar, por meio do Poder Público, contrapartida em ações de segurança pública ostensiva e estratégias de proteção comunitária nas áreas em que forem implantados núcleos de empreendedorismo vinculados ao Programa;

V – Financiamento de ações de apoio técnico e operacional aos empreendimentos, por meio de recursos específicos.

Art. 3º A formação continuada prevista no inciso II do art. 2º, deverá contemplar, no mínimo, os seguintes eixos:

I - Gestão financeira e contábil;

II - Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;

III - Planejamento de negócios e estudo de mercado;

IV - Marketing digital e posicionamento comercial;

V - Noções de legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

Art. 4º Os empreendimentos apoiados deverão:

I – Apresentar regularidade no recolhimento de tributos após 12 meses da obtenção do financiamento;

II- Apresentar relatórios semestrais de impacto social, educacional e econômico, conforme regulamento.

Art. 5º Constituem fontes de financiamento do SINAERP:

I – Recursos oriundos de emendas parlamentares impositivas e de transferências voluntárias da União;

II – Doações privadas e recursos de organismos internacionais de desenvolvimento e fomento.

Art. 6º O SINAERP terá prioridade de implementação nas Regiões Norte e Nordeste, adotado cronograma progressivo de expansão nacional.

Parágrafo único. A execução do Programa será objeto de revisão periódica a cada 8 (oito) anos pelo Congresso Nacional, com vistas ao aprimoramento



contínuo de suas ações.

Art. 7º O regulamento nacional do SINAERP disporá sobre:

I- As metas anuais e indicadores de impacto educacional, social e econômico;

II- Critérios de avaliação de desempenho dos empreendimentos;

III- Mecanismos de prevenção à corrupção e ao desvio de finalidade, compreendendo auditorias externas, conselhos de controle social e transparência ativa nos portais oficiais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JOSENILDO
Relator

Deputado BETO RICHA
Presidente

